

Nº 1027

Fenajufe pede agilidade à ministra na negociação do PCS

A Fenajufe e o Sintrajufe-RS entregaram à ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, ofício em que solicitam encaminhamento das medidas necessárias para a negociação dos PLs 6.613 e 6.697 (PCSs do Judiciário e MPU) e que seja concedida audiência à Federação.

A ministra esteve em Canoas, no Rio Grande do Sul, durante a realização do 9º Seminário Regional do PPA (Plano Plurianual) Participativo do governo estadual.

No encontro, os representantes das duas entidades explicaram que, em todo o país, a categoria

segue angustiada com a falta de perspectiva de revisão salarial e de avanço nas negociações quanto aos projetos que revisam os PCSs.

Utilizando-se de argumentos que estão no ofício entregue a Belchior, ressaltaram que houve um incremento na arrecadação. De janeiro a março de 2010, foram R\$ 190,4 bilhões; no mesmo período de 2011, o montante subiu para R\$ 226,2 bilhões, o que mostra que há condições para efetivar a negociação da revisão salarial. A ministra ouviu os dirigentes, mostrando-se receptiva aos argumentos, e disse que analisará o documento com atenção. *Fonte: Sintrajufe-RS*

Hoje, Debate sobre Direito de Greve. Participe!

Nesta quarta-feira, 25 de maio, às 16h, haverá debate no Auditório do TRT, na Capital, com o tema "Direito de Greve e a Nova Conjuntura", com o Assessor Jurídico do Sindicato, Pedro Maurício Pita Machado.

O debate integra o calendário de mobilização dos servidores do Judiciário e do MPU em todo o país, de acordo com os indicativos da Plenária da Fenajufe. Já foram feitas atividades na Justiça Eleitoral e na Justiça Federal.

Carta dos presidentes dos TREs pede que STF agilize acordo para PCS

Presidente dos TREs, reunidos em Salvador no dia 19 para o 53º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, elaboraram carta em que pedem, entre outras coisas, que o STF intensifique processo de negociação para aprovar o PCS dos servidores do Poder Judiciário Federal. O coordenador do Sindjufe-BA Rogério Fagundes disse que essa decisão foi fruto da iniciativa do Sindicato, que compareceu à reunião e pediu apoio dos representantes da Justiça Eleitoral à reivindicação dos servidores, pre-

vista no PL 6613/09.

O Sindjufe também informou sobre a possibilidade de a categoria deflagrar, no próximo mês, Greve por tempo indeterminado. O dirigente sindical também solicitou que não haja, por parte das administrações dos tribunais, qualquer tipo de retaliação contra os servidores e defendeu o direito constitucional de Greve.

Veja no site o conteúdo completo da carta dos presidentes dos TREs - www.sintrajusc.org.br

Assembléia no DF aprova Greve por tempo indeterminado

Os servidores do Judiciário e MPU do Distrito Federal se reuniram em Assembléia nesta segunda, 23, aprovaram a Greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada após a categoria se dividir em grupos e avaliar, por cada local de trabalho, a repercussão das paralisações de 24 horas e de 48 horas realizadas na última semana.

"Nesse momento não temos condições de voltar ao trabalho sem a negociação. Embora o movimento no TRT e TST ainda não esteja no ponto ideal o compromisso dos servidores desses tribunais é no sentido de construir a Greve, de paralisar o máximo possível e ir a todos os atos que o Sindjus chamar. Esse é o compromisso da Justiça do Trabalho. Vamos para a greve, vamos à vitória",

disse Cledo Vieira, relator do grupo da Justiça do Trabalho e coordenador geral do Sindjus.

Na Justiça Eleitoral o discurso também não foi diferente. Os servidores do TJDFE também defenderam a Greve.

Durante a Assembléia também se criou um grupo de negociação, que terá o papel de acompanhar todas as reuniões de negociação que ocorrer, composto por nove pessoas. A Greve já está instalada e desde terça-feira, 24, os servidores irão para a frente do STF e para o Palácio do Planalto mostrar que estão na luta e não vão sair dessa guerra com as mãos abanando.

Fonte: Sindjus-DF

SINTRAJUSC faz reunião sobre TAF com Direção do TRT-SC

Foto: Gilberto Motta



A Coordenação do SINTRAJUSC participou de reunião com a Direção do TRT 12ª Região, na tarde desta terça-feira (24/05). Na pauta, as questões relacionadas com o TAF.

A Assessoria Jurídica do Sindicato levou a posição dos Agentes de Segurança com a relação à necessidade de se estabelecer um Programa de Treinamento e Capacitação, antes de qualquer outra medida que torne obrigatório o teste de aptidão para os servidores.